

MECANISMO DE PREVENÇÃO E COMBATE A PRÁTICAS DE
TRATAMENTOS DEGRADANTES A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA –
RONDA DE DIREITO HUMANOS

Carla Beatriz Nunes Maia

Renan Vinícius Sotto Mayor

INTRODUÇÃO:

A **Ronda de Direitos Humanos** foi criada no dia 02/03/2016 com o objetivo de acompanhar as abordagens feitas pelos agentes públicos à população em situação de rua do município do Rio de Janeiro.

Com a chegada de turistas para os jogos olímpicos e a intensificação de operações ordenadas pelo município, vislumbrou-se a possibilidade de ocorrência de uma política de higienização (retirada forçada de moradores de rua da região central e locais turísticos da cidade) por parte dos órgãos públicos.

Nessa linha, membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública da União, juntamente com movimentos da sociedade civil atuantes na defesa dos direitos da população de rua resolveram criar a Ronda de Direitos Humanos (RondaDH), que percorre diversos locais da cidade do Rio de Janeiro para colheita de denúncias de violações a direitos desse grupo já tão marginalizado pela sociedade.

A princípio, os defensores públicos optaram por uma solução administrativa, em alternativa a uma ação judicial, em que são realizadas reuniões com os órgãos públicos, bem como a promoção de palestras destinadas a agentes do governo responsáveis pelas abordagens tendo como objetivo conscientizar esses agentes públicos a tratar as pessoas em situação de rua com dignidade, respeitando seus direitos.

Mesmo após o término das olimpíadas, a Ronda de Direitos Humanos mantém suas atividades até hoje, tendo em vista que as práticas de violações a direitos humanos por parte de agentes públicos continuam sendo denunciadas pela população em situação de rua.

DESCRIÇÃO OBJETIVA:

A criação da Ronda de Direitos Humanos (RondaDH) tem como objetivo fundamental verificar se a população em situação de rua da cidade vem sofrendo algum tipo de violência por parte dos órgãos de repressão governamentais, como Guarda Municipal, Polícia Militar e o Programa Segurança Presente, e, constatada a ocorrência de violações a direitos humanos e com os documentos coletados, agir contra qualquer tipo de política de

higienização que esteja sendo ou se pretenda implementar contra as pessoas em situação de rua como a sua retirada forçada de determinados pontos, em especial locais turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

A ação da RondaDH, em contrapartida as violações de direitos humanos sofridas pela população de rua, busca, primeiramente, soluções administrativas junto aos órgãos do governo, visando reduzir e até mesmo, progressivamente, erradicar tais práticas e, caso seja necessário, poderá realizar a propositura de ações judiciais para defesa dos interesses daquele grupo de pessoas.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:

Os membros da RondaDH percorrem as ruas da cidade do Rio de Janeiro onde há maior concentração de pessoas em situação de rua como Aterro do Flamengo, Lapa, Glória, e ruas do centro da cidade em geral. Ao abordar as pessoas é solicitado documento de identidade e em seguida há o preenchimento de um questionário.

No questionário há campos como local, data e hora, identificação da pessoa entrevistada com pelo menos o número do documento de identidade, incluindo informação quanto ao nome pelo qual a pessoa é conhecida (“apelido”), bem como perguntas e informações no sentido de verificar alguma violência contra as pessoas em situação de rua, das quais destacamos: “Sofreu ou sofre algum impedimento para estar ou permanecer em algum logradouro público?; Quando ocorreu o referido abuso?; Descreva os atos cometidos; Sofreu alguma situação de recolhimento compulsório?; Quando ocorreu o referido abuso? Descreva os atos cometidos”.

Recebidas as denúncias da prática de violações a direitos humanos, solicita-se agendamento de reunião com os representantes dos possíveis órgãos responsáveis pela violação, que em geral estão vinculados a Secretaria de Ordem Pública, a Polícia Militar e o Programa Segurança Presente, também é convidada a Secretaria de Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos do Município do Rio de Janeiro, além de membros da sociedade civil que trabalham com o tema “população em situação de rua”.

São realizadas também palestras, seminários e audiências públicas com os órgãos do governo e lideranças do movimento da população de rua, a fim de conscientizar os diversos seguimentos sobre os direitos humanos desse grupo vulnerável.

Ademais, são promovidas Ações Sociais em pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro onde há maior concentração da população de rua, geralmente essas ações são realizadas em praças públicas do centro da cidade em que há, além da colheita de denúncias, emissão de gratuidade para segunda via dos documentos, orientação jurídica e encaminhamentos para cadastramento em programas sociais do governo.

Criou-se uma página no Facebook para divulgar o trabalho da RondaDH e ao mesmo tempo ser um meio de acesso eletrônico para receber denúncias de maus tratos contra a população de rua perpetrados por agentes públicos (<https://www.facebook.com/rondadh/>).

Durante a RondaDH, as pessoas também são orientadas que em caso de qualquer abuso por parte dos agentes públicos, podem está se dirigindo ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do

Rio de Janeiro, que está localizado no centro da cidade, mais precisamente na Rua México n.º 11, 15º andar, para denunciar as violações, bem como em caso de terem seus documentos recolhidos, conseguir a gratuidade para a 2ª via dos mesmos.

Quando a demanda envolve ações de competência da Justiça Federal, as pessoas são orientadas a procurar a sede da Defensoria Pública da União, localizada na Av. Pres. Vargas, 62 - Centro, Rio de Janeiro.



BENEFÍCIOS INSTITUCIONAIS ALCANÇADOS:

Sua primeira atuação ocorreu em 26/02/2016, contou com a participação de representantes da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, movimentos da sociedade civil e estudantes universitários. O primeiro bairro visitado foi a Lapa, no Centro da cidade.

Em 12/05/2016, a Ronda de Direitos Humanos (Ronda DH) prosseguiu sua atuação e esteve no Aterro do Flamengo, Glória e em torno do Edifício Garagem Menezes Cortes.

Em destaque alguns relatos que foram colhidos nesse dia:

“Me pegaram no campo de Santana, em seguida, me levaram para o aterro do Flamengo, pediram para eu abaixar as calças e tacaram spray de pimenta. Logo depois me liberaram.”

“Estava no aterro do Flamengo com uma barraca acampando. A equipe do aterro presente pegou a barraca e a mochila e tacou fogo falando que não poderia acampar.”

“Me acordaram e mandaram eu entrar em uma van branca. Tinha cerca de 6 pessoas, todos com um uniforme azul. Eu não resisti. Tive medo. Só depois que cheguei no abrigo, me perguntaram se eu queria ficar.

Nesse mesmo mês, dia 13 de maio de 2016, foi realizada uma Audiência Pública com defensores públicos e lideranças da sociedade civil que reuniram-se com pessoas em situação de rua para debater a criação do Comitê Gestor Intersetorial da População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro. O evento foi realizado no auditório da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fesudeperj).

O Comitê Gestor Intersetorial da População em Situação de Rua está previsto no Decreto 7053/09, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Para que as políticas públicas a serem elaboradas em conjunto sejam fruto dessa transversalidade, é fundamental a participação de setores do poder público, bem como da sociedade civil, e para que o Comitê seja implantado no âmbito do município, basta apenas um ato do prefeito, através da edição de um decreto.

Eventos como esse são de grande importância, pois proporcionam a participação do maior público interessado na questão das políticas públicas em prol da população de rua que são as próprias pessoas que se encontram nessa condição, pois são fundamentais para a aproximação dessas pessoas com a Defensoria Pública, instituição que tem por missão garantir aos necessitados o conhecimento e a defesa de seus direitos. A população em situação de rua é, seguramente, a parcela da sociedade que mais precisa deste tipo atendimento.

A próxima RondaDH ocorreu dia 14/06/2016 e percorreu imediações do Hospital Souza Aguiar, Museu do Mam, Aterro do Flamengo, Copacabana, Campo de Santana e ruas e avenidas do Centro da Cidade (Rua da Alfândega, Rua Uruguaiana, Avenida Presidente Vargas e Avenida Rio Branco) e foram colhidos 10 (dez) depoimentos de violações de direitos humanos.

Outro evento que mereceu destaque ocorreu dia 15/06/2016 e reuniu a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro (DPU/RJ), Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ), Secretarias Estadual e Municipal de Saúde (SMS/RJ e SES/RJ), Consultório na Rua e pessoas em situação de rua. A abertura e o fechamento foram abrilhantados pela participação dos corais do Banco da Providência (de Cordovil) e da Casa de Lázaro. Ambos

fazem parte de um projeto composto por 12 corais, formados por pessoas que já viveram e/ou ainda vivem em situação de rua.

O evento foi fundamental, tendo em vista a experiência que os profissionais do Consultório na Rua possuem em relação ao atendimento a este grupo populacional, pois conhece as especificidades que este tipo de atendimento exige. Além disso, é de suma importância a aproximação desses profissionais com o trabalho que é desenvolvido pelas Defensorias Públicas e pela Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS), que reúne, em um só lugar, o atendimento especializado em saúde prestado pela Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro (DPU/RJ) e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ) e conta com o apoio técnico das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde (SMS/RJ e SES/RJ).

Em 23/06/2016, dezenas de pessoas em situação de rua receberam atendimento prestado pela Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro (DPU/RJ), Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ) e Centro Pop Bárbara Calazans (órgão público da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS), no Campo de Santana, no Centro da cidade, em destaque testemunho de um morador de rua.

“Vou falar pra vocês. Não para com esse trabalho não, que esse projeto ai é bom, pra ajudar a quem tá na rua. Porque quem tá desanimado pode se animar, correr atrás, porque a vitória é grande depois.”

Esse depoimento destacado acima foi de um morador de rua chamado Ricardo, em um momento que, segundo ele, já estava “desanimado

com a vida”, teve a oportunidade de se encontrar com a equipe da Ronda DH. O defensor público federal tomou conhecimento de que Ricardo já tinha trabalhado com carteira assinada e que era possível que ele tivesse resídúos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a receber. A orientação, então, seguida por Ricardo, foi a de que procurasse a Caixa Econômica Federal. Ao descobrir que tinha direito a R\$ 400, procurou a DPU no Campo de Santana, pois sabia que haveria o evento. Foi aberto um procedimento interno da instituição (PAJ = Processo de Assistência Jurídica).

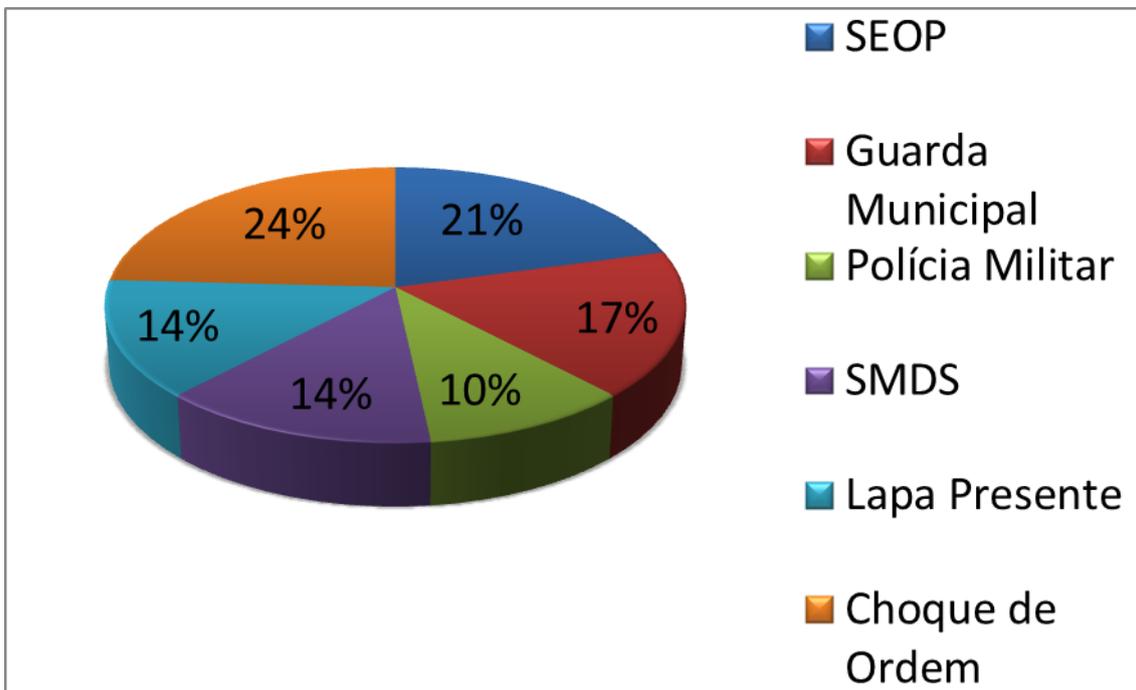
A história de Ricardo é um exemplo, entre tantos, de como são válidas as ações sociais, feitas fora dos gabinetes, que visam a prestar atendimento a pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, como é o caso desta promovida no Campo de Santana e também o da Ronda de Direitos Humanos (Ronda DH).

Na madrugada de 29 de julho de 2016, a RondaDH percorreu a Lapa e imediações para identificar e coibir práticas de violação a direitos humanos, desde a primeira Ronda de Direitos Humanos foram constatados 35 casos de moradores em situação de rua constrangidos ou agredidos, nessa RondaDH um morador de rua relatou que as pessoas têm sido obrigadas a se afastar dos locais mais movimentados, em que circulam turistas. Muitos deixaram o Centro da cidade à força ou se afastaram por medo.



Considerando as denúncias colhidas, representantes da RondaDH reuniram-se no dia 20 de julho de 2016 com o Subsecretário de Assistência Social no Museu do Amanhã, o evento contou com a participação de delegações estrangeiras de Portugal, Austrália, Japão e Inglaterra atuantes na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.

O trabalho da Defensoria Pública foi apresentado às delegações, assim como as denúncias sobre as violações praticadas por agentes públicos, foi informado pelos defensores públicos que as pessoas em situação de rua estão sendo agredidas, obrigadas a deixar as ruas e, em alguns casos, ainda ficam sem os documentos e a reunião era para dá maior visibilidade possível ao assunto e mediar tais conflitos com o poder público.



Quadro demonstrativo dos órgãos do poder público envolvidos nas denúncias

A fim de discutir mais profundamente o tema, as defensorias decidiram realizar uma Audiência Pública no dia 03/08/2016 que contou com a participação da sociedade civil, órgãos do governo e pessoas em situação de rua.

Na busca de soluções administrativas, no ano de 2016, foram ministrados dois cursos voltados aos profissionais do Programa “Segurança Presente”, iniciativa da Federação do Comércio do Estado do Rio (Fecomércio/RJ) com o governo do estado e a prefeitura. O curso visou à capacitação de profissionais e foram ministradas palestras com o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos agentes sobre os direitos destas pessoas no campo sociojurídico.

Continuando sua atuação no corrente ano foi realizado no dia 27 de janeiro, na sede da Prefeitura do Rio de Janeiro, o seminário "Direitos das Pessoas em Situação de Rua", promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU) no Rio de Janeiro e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Foi o terceiro curso visando à capacitação de profissionais, que também contou com a presença de agentes dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Creas POP).

Em 2017, a RondaDH também continuou a percorrer o Centro da cidade para coletar novos depoimentos e dessa vez o local escolhido foi a Praça da Cruz Vermelha no dia 25.05.17, outra foi realizada dia 03.07.2017 e esteve nas imediações da Cinelândia e do Largo da Carioca.



Foto da RondaDH de 25.07.2017 – Praça da Cruz Vermelha.

O trabalho das Rondas de Direitos Humanos serviu também como um difusor de informações para as pessoas em situação de rua do trabalho que é realizado pelas defensorias públicas, conscientizando que apesar de parecerem esquecidas fazem parte justamente de uma parcela da sociedade que é público alvo dessas duas instituições.

Isso ficou demonstrado pelo aumento significativo na demanda do atendimento que é prestado a população em situação de rua pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, órgão de atuação de um dos defensores públicos participante da RondaDH. Um núcleo que atendia aproximadamente 200 pessoas ao mês no ano de 2016, hoje realiza cerca de 500 atendimentos mensais.

Vale destacar que tendo em vista a atuação da RondaDH, as truculências contra moradores de ruas ocorridas durante as olimpíadas, tiveram e continuam tendo visibilidade nos meios de comunicações, pois foram temas de reportagens em diversos sites como: Jornal Nacional Globo Play (02.08.16), Globo.com (04.08.16), Uol.com.br (08.08.16, 12.08.16 e 15.08.16), G1 (11.08.16), Jornal do Brasil (11.08.16 e 15.08.16), o Dia (11.08.16), Em.com.br (12.08.16), Isto é online (12.08.16), Diario de Pernambuco (12.08.16), Radio Agência Nacional (12.08.16), Joven Pan Uol (12.08.16), Estadão (12.08.16), EBC Agência Brasil (15.08.16), BBC Brasil (15.08.16), O dia.ig (15.08.16), bem como matéria em jornal televisivo ocorrida no SBT Rio (16.08.16) e Bom Dia Rio da TV Globo (06.07.2017). Todas as matérias e as Rondas de Direitos Humanos realizadas estão disponíveis na sua página do facebook.

Dentre as reportagens, cumpre mencionar a publicação de uma jornalista em sua página do facebook que mostrou impressionada com o trabalho realizado pelos Defensores Públicos na Ronda de Direitos Humanos.

 **Vanessa Barbara**
3 h · 🌐

Semana passada acompanhei no Rio uma Audiência Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) que buscou a articulação das manifestações pela garantia de direitos no período das Olimpíadas. Teve bolo. Teve frio. Teve um resumo incrível feito por um representante da Justiça Global, e depoimentos de outros membros de organizações da sociedade civil.

Mas o que mais me impressionou foi o trabalho de dois defensores públicos: a Carla Beatriz Nunes Maia e o Renan Vinicius Sotto Mayor, que fazem rondas frequentes de direitos humanos nas ruas do Rio de Janeiro.

A Ronda DH foi criada para verificar se a população em situação de rua vem sofrendo violência dos órgãos de segurança pública, para então, com as informações e documentos coletados, agir contra qualquer tipo de política de higienização que esteja sendo ou se pretenda implementar. Estava presente na audiência um grupo de ex-moradores de rua e todos agradeceram publicamente à dra. Carla e ao dr. Renan pela ajuda e por eventualmente terem conseguido sair das ruas. Dos advogados presentes, eles é que tinham mais informações sobre as condições dos abrigos, hospitais e atendimento à população em situação de rua.

Sabe quando você vê aqueles advogados de terno que só discursam em mesóclise e não fazem nada de concreto por ninguém? Esses dois me pareceram o oposto. Gente que vai para a rua e conversa com as pessoas, ainda que sofra ameaças. Fiquei morrendo de vontade de dar um abraço neles, mas deu vergonha, então fica aqui o reconhecimento.

Depoimento de Vanessa Bárbara, jornalista de O Estado de S. Paulo, em sua página do Facebook, publicado dia 25.07.16.

RECURSOS ENVOLVIDOS:

As fontes de recursos envolvidos são da própria Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro que inclui gastos para a realização de eventos e transporte da equipe da Ronda.

Infraestrutura

Basicamente o fornecimento de espaço para a realização dos eventos e a disponibilização de transporte (uma van) para os voluntários participantes da RondaDH.

Na realização de eventos como Seminários, Palestras e Ações Sociais, também envolve despesas com diárias de servidores para aqueles realizados nos finais de semana, bem como outros gastos necessários para a realização dos mesmos, como fornecimento de alimentação para os participantes.

Equipe

A RondaDH conta com voluntários da sociedade civil e dois Defensores Públicos (um Defensor Público Federal e um Defensor Público Estadual).